

Sou professor do Ensino Básico em exercício e no passado dia 18 de janeiro estive presente na audição parlamentar da reorganização curricular proposta pelo Governo.

Nela pude constatar que, dos mais de 40 participantes que opinaram, a esmagadora maioria questionou a viabilidade da respetiva proposta. Nos críticos incluem-se representantes de professores de todas as áreas do ensino, da Inspeção Geral da Educação, organizações sindicais, representantes de pais e diretores escolares do ensino público e particular, sem esquecer os deputados que constituem a Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura. A conclusão que qualquer um dos presentes na audição teve que tirar foi a de grande oposição da comunidade educativa, em geral, à proposta.

Dado o carácter público da discussão que ainda decorre e face à discordância generalizada no seio dos agentes educativos e daqueles que, não o sendo, conhecem e se interessam pelo sistema, o que se exige é que a proposta de reorganização curricular seja revista, sob pena do comprometimento da credibilidade dos responsáveis que estiveram na origem da criação deste espaço de discussão. A incosequência desta audição parlamentar, que considero uma louvável forma de praticar a Democracia, constituirá um grave atentado à própria Democracia e responsabilizará aqueles que a promoverem.

Exige-se, assim, que, na sequência dos principais questionamentos e críticas de que esta proposta foi alvo, sejam atentamente revistos aspetos que resultam das intervenções dos diversos participantes da audição e que tomo a liberdade de abreviar:

- Para que as alterações curriculares sejam adequadas e profícuas devem ser fundamentadas através do recurso a princípios pedagógicos que constem de estudos realizados no contexto educativo nacional;
- A revisão curricular não deverá excluir o Ensino Pré-escolar, nem o 1º Ciclo do Ensino Básico;

- Todas as áreas disciplinares devem ser valorizadas por igual com a consequente equidade na importância dada às diversas áreas do conhecimento;
- Deve ser valorizada a componente prática e experimental das diversas disciplinas de forma a promover a articulação entre o saber e o saber-fazer, entre o conhecimento e as competências;
- Deverá ser mantida a Educação Visual e Tecnológica (EVT) como uma única disciplina e com a atual carga horária. Esta medida constituirá uma forma de manter no currículo do Ensino Básico uma área para o desenvolvimento da expressão artística e tecnológica que permita a articulação entre o conhecimento e a experimentação, numa disciplina que é considerada de sucesso. EVT é, atualmente, a única disciplina na estrutura curricular que dá atenção à área de Expressão Artística e Tecnológica, o que, com o seu desmembramento, deixará de acontecer;
- Deverá manter-se o desdobramento da componente experimental da disciplina de Ciências da Natureza, para que existam as necessárias condições para a experimentação que é indissociável da componente teórica da disciplina;
- Deverá manter-se o carácter obrigatório da área de apoio ao estudo, dada a oportunidade que esta constitui para que os alunos, com o apoio dos seus professores, aprendam a aprender e adquiram a necessária autonomia no estudo;
- Deverão ser tidas em linha de conta as condições para que os alunos com necessidades educativas especiais possam concluir o Ensino Obrigatório de 12 anos.

Sabemos todos das dificuldades económicas que o nosso país atravessa. Será irresponsável qualquer medida, de quem quer que seja, que comprometa o nosso desenvolvimento económico. Ao contrário do que parece estar a

acontecer com os responsáveis do Ministério da Educação e Ciência, não deverá essa contenção comprometer ou até envergonhar os responsáveis do Governo. No entanto este deve ser, mais do que nunca, um período de investimento. Dispensamo-me, por considerar desnecessário, detalhar os benefícios sociais e económicos que o investimento na educação trará a qualquer país, mesmo que em crise económica, ou, principalmente, nesta situação. Considero, portanto, que qualquer das medidas que acima resumi e que foram defendidas pelos intervenientes na discussão pública da proposta de revisão curricular, constituirá uma importante aposta na educação e, por conseguinte, no futuro do País.

21 de Janeiro, 2012

Atentamente

PROF. NUNO JORGE JACINTO GONÇALVES